



Anais da Assembléia

Nº 153

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE NOVEMBRO DE 1995.

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO N° 016/95

DATA: 07 de novembro de 1995.

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de Bela Vista da Carova.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica autorizado a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Distrito de Bela Vista, no Município de Pérola D'Oeste, para que a população decida sobre a criação do Município de Bela Vista Da Carova.

"Nordeste: Confronta pela Rua Duque de Caxias, com a distância de 441,10 metros com terras da Gleba n° 6-PO.

Noroeste: Confronta pela Rua Paraná com a distância de 855,00 metros com terras da Gleba n° 6-PO.

Sudoeste: Confronta pela Rua Getúlio Vargas, com a distância de 454,80 metros com terras da Gleba n° 6-PO.

Sudeste: Confronta pela Rua Espírito Santo, com a distância de 981,70 metros, com terras da Gleba n° 6-PO.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.11.95

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 29ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 1995**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezessete horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kiesel, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accor-

si, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Sr. Deputado Sâmis da Silva (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura da seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO N° 3292

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.11.95

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 52 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 062/95, de autoria do Deputado César Seleme, que torna obrigatório a instalação de porta de segurança nas agências bancárias do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.S.P.. EMENDA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA. EMENDA DE PLENÁRIO COM PA-

RECER DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 062/95
EMENDAS ADITIVAS

P A R E C E R:

Da análise referente às Emendas Aditivas ao Projeto de Lei n° 062/95, verificamos que as mesmas estão em condições de serem apreciadas pelo douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.10.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

Apoiamento: Nelson Justus, Walmor Trentini, Toti Colaço, Basílio Zanusso, Antonio Belinati, Geraldo Cartário, Eduardo Trevisan, Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação as Emendas, ressaltado o Projeto.

Srs. Deputados que aprovam as Emendas conservem-se como estão.

Aprovado.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 107/95, de autoria do Deputado Carlos Simões, que estabelece normas de proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência, cria o Programa Estadual de Proteção à Pessoa Deficiente e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J. QUE APRESENTA SUBSTITUTIVO GERAL.

A Emenda da C.C.J. tem preferência sobre as demais. É um Substitutivo Geral. Srs. Deputados que aprovam o Substitutivo Geral conservem-se como estão. Aprovado, artigo por artigo.

O Projeto irá à 3ª discussão.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 450/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o Município de Campo Magro, desmembrado do Município de Almirante Tamandaré, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

Objeto já de Requerimento. Deputados que aprovam conservem-se como estão.

Aprovado.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 451/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o Município de Arapuã, desmembrado do Município de Ivaiporã, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 453/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que cria o Município de Imbaú, desmembrado do Município de Telêmaco Borba. Conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 454/95, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que cria o Município de Serranópolis, e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 034/95, de autoria do Deputado Eduardo L. Trevisan, que autoriza a realização de plebiscito, no Distrito de Bela Vista no Município de Pérola D'Oeste, para que a população decida sobre a criação do Município de Bela Vista de Carova. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário de n° 01, de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 034/95
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 01

O artigo 1° do Projeto de Resolução n° 034/95, de autoria do Deputado Eduardo L. Trevisan, fica acrescido de parágrafo único com o seguinte conteúdo:

"Art. 1° - ...

Parágrafo Único - A consulta, mediante plebiscito, de que trata esta Resolução, será efetuada às populações diretamente interessadas, compreendendo o município de origem e o distrito a ser desmembrado, nos termos do que prescreve o parágrafo quarto do artigo 18 da Constituição Federal."

Sala das Sessões, em 07.11.95

(a) EMERSON NERONE

Apoiamento: Doutor Rosinha, Irondi Pugliesi, Péricles de Mello, Algaci Túlio.

Há emenda que foi retirada. Senhores Deputados que aprovam...

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, apenas para dizer, e cumprimento o Deputado Trevisan pelo esforço realizado, porque havíamos pedido a retirada desse projeto da Ordem do Dia, e quero confessar, conscientemente, que não sou um Deputado de projeto de criação de município, mas estive na região, é o município da minha região e todas as correntes

políticas do distrito, um distrito organizado, que tem telefone, água encanada, ruas asfaltadas, agência de banco, segundo grau, tem condições, e solicitaram que esse projeto fosse votado, razão pela qual queremos declarar nosso voto favorável e agradecer o empenho de todos aqueles que de uma maneira ou de outra apoiaram para que pudesse votar em segunda discussão no dia de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam o Projeto.
Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 041/95, de autoria dos Deputados Duílio Genari e outros, fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita para que a população decida sobre a criação do Município de Ferraria desmembrado do Município de Campo Largo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário de nº 01 de autoria do Sr. Deputado Emerson Nerone, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 041/95 EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 01

O artigo 1º do Projeto de Resolução nº 041/95, de autoria do Deputado Ricardo Chab, fica acrescido de parágrafo único com o seguinte conteúdo:

"Art. 1º - ...

Parágrafo Único - A consulta, mediante plebiscito, de que trata esta Resolução, será efetuada às populações diretamente interessadas, compreendendo o município de origem e o distrito a ser desmembrado, nos termos do que prescreve o parágrafo quarto do artigo 18 da Constituição Federal."

Sala das Sessões, em 07.11.95

(a) EMERSON NERONE

Apoiamto: Irondi Pugliesi, Doutor Rosinha, Péricles de Mello, Algaci Túlio.

O SR. DUÍLIO GENARI (Questão de Ordem) - Gostaria de fazer um pedido ao Deputado Nerone, que todos os projetos de criação de municípios aqui tiveram um apoio da grande maioria dos Deputados. E agora vejo uma emenda que vem de fato apressar a criação do município.

Temos as lideranças aqui presentes, e que gostaria de cumprimentá-las. Temos aqui o Presidente da Comissão, o Senhor Agenor, temos aqui o vice-Presidente Ulisses Sartor, Nelson Pereira e o tesoureiro José Aparecido dos Santos, membros Paulo

S., Lauro B. Santo Onório, temos, veja bem, o projeto de resolução que preenche todas as condições.

E hoje as informações que se tem, eu, o Ricardo Chab e o Albanor, que somos autores do projeto, é possível que tenha perto de 20 mil habitantes. Peço ao Deputado Nerone, que da maneira que foi retirado o outro projeto, que pelo menos, hoje, pudéssemos encaminhar em Redação Final para que esse pessoal, essas Lideranças que aqui estão, que eles saiam daqui da maneira como saíram as outras lideranças dos outros municípios que foram criados no dia de hoje.

Gostaria de pedir ao Deputado Nerone essa emenda, ela vem só deixar a população de lá não magoada, porque eles têm com toda a certeza, condições de ser município, e temos exemplos aqui na região, é Pinhais, Fazenda Rio Grande, são outros municípios que criaram aqui na região e que se tornaram grandes cidades.

O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar) - Também queria me associar às palavras do Deputado Duílio Genari e cumprimentar o Ricardo Chab, o nosso companheiro também, e pedir ao Deputado Nerone; o projeto na sua primeira votação, esta emenda que está aí, realmente vem comprometer seriamente o andamento técnico desse processo que aqui se encontra.

Então, Vossa Excelência poderia perfeitamente retirá-la em nome do povo de Ferraria, que foram aprovados dezenas de municípios, todo mundo colaborou, os Parlamentares colaboraram, houve muitas concessões, principalmente neste final, praticamente do encerramento desses compromissos com a criação desses novos municípios e pelo fato de essa emenda hoje vir na última hora, cria realmente um problema muito sério para a comunidade de Ferraria.

E também quero pedir ao Deputado Nerone que gentilmente poderia colaborar com a comunidade retirando essa emenda.

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, gostaria de me dirigir ao Deputado Nerone e pedir a ele que não obstrua a quem quer votar na criação de Ferraria, porque Deputado Nerone, a discussão hoje na Assembléia do Projeto, Deputado Nerone, sinceramente gostaria que o Senhor pelo menos ouvisse a autorização da realização de um plebiscito.

Na verdade, estamos pedindo para que a população resolva sobre seus próprios caminhos, porque falou-se aqui no Plenário, ocorreu aqui um boato, de que o Dom Pedro Fedalto seria contra. Agora, quero colocar o seguinte: o Dom Pedro Fedalto não mora na Ferraria, porém os seus irmãos moram;

temos documentos, inclusive, que os irmãos de Dom Pedro Fedalto querem o Município de Ferraria emancipado, temos assinado com firma reconhecida.

Então, pergunto aos companheiros Parlamentares, o Dom Pedro Fedalto não mora na Ferraria, e não quer a emancipação; os irmãos que moram lá querem a emancipação. E o Deputado Nerone obstrui a vontade popular, que é levar para um plebiscito, um sim ou não à criação do município, que não é o Deputado Ricardo Chab, não é o Deputado Anibal Khury, não é o Deputado Toti Colaço, não somos nós que vamos lá forçar a comunidade, a população, para votar o sim ou não, é a população que vai decidir.

Então, estou pedindo encarecidamente, para que o Deputado Nerone se sensibilize com isso. Deputado Nerone, sinceramente, em meu nome, o Deputado Pessuti, pela experiência, já passaram por este problema, agora não podemos frustrar a vontade da população de Ferraria, que se faz presente hoje nas galerias.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar)
Quero entender se está tendo demagogia ou não, aqui.

Houve um comunicado oficial do Tribunal Regional Eleitoral que diz: não vai mais receber nenhum plebiscito este ano. Portanto, Ferraria não vai ser criado este ano. Então, isso é ponto pacífico. A minha emenda, Senhor Presidente, é cumprir um Regimento a que tenho direito, tenho direito a apresentar essa emenda, e essa emenda argüi uma inconstitucionalidade que existe no nosso artigo 19 da Constituição Estadual que diz: a população apenas tem que ser consultada. E no artigo 18, da Constituição Federal, é esse que argüi neste momento, nessa emenda, o artigo 18 da Constituição Federal diz que: as populações têm que ser ouvidas.

Não estou usando dois pesos e duas medidas, Deputado Ricardo Chab, e nem estou sendo insensível, estou querendo primeiro cumprir a Constituição Federal, e segundo, tenho, no Tribunal do Estado do Paraná uma ADIN, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade sendo julgada, ela vai para Brasília e vai ser julgada, e espero não barrar somente este não, espero que essa Ação Direta de Inconstitucionalidade seja aceita pelo Tribunal, e tenho certeza, vai barrar todos os plebiscitos de agora em diante.

Essa proposta clara, temos mostrado desde o começo do ano. Não estamos querendo impedir que o povo de lá aceite ou não; estamos querendo que seja cumprida a regra constitucional, e é muito melhor para

o povo que a Constituição seja criada, do que passarmos por cima dela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mantida a Emenda. O projeto retorna à Comissão de Justiça.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/95, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Urbano Pedroni - Ensino de 2º Grau, de Florai, com sede e foro na Cidade de Florai-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 112, de 12.09.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 358/95

PARECER:

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual Urbano Pedroni - Ensino de 2º Grau de Florai.

Essa Comissão analisou o aspecto constitucional, legal e regimental e nada encontrou que pudesse impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 31.10.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/95, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o pagamento de indenização pelo Estado do Paraná, às pessoas detidas sob a acusação de terem participação de atividades políticas, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 119, de 20.09.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 369/95

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Beto Richa, tem por finalidade autorizar o pagamento de indenização pelo Estado do Paraná, às pessoas detidas sob a acusação de terem participação de atividades políticas, conforme especifica.

A proposição em tela fere o art. 135, inciso I, da Constituição Estadual.

Tendo em vista a inconstitucionalidade do projeto de lei que ora analisamos, somos de opinião contrária à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 369/95

P A R E C E R :

1. O RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei n° 369/95, de autoria do ilustre Deputado Beto Richa, que autoriza o pagamento de indenização às pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas e, que hajam ficado sob a responsabilidade e guarda dos órgãos e agentes públicos do Estado do Paraná, ou em qualquer de suas dependências.

2. O VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, gostaríamos de enaltecer a oportunidade que nos concede o ilustre colega Deputado Beto Richa de proporcionar que a Assembléia Legislativa do Paraná participe do debate que se trava na sociedade brasileira sobre a responsabilidade do Estado no tratamento que dispensou a diversos cidadãos, especialmente aos que foram presos e torturados.

Foi um triste período que o Brasil, passou, no qual se praticaram violências inomináveis, recorrendo-se aos mais bárbaros meios e métodos de repressão, onde confissões foram obtidas sob torturas e culminaram, não raro com a incapacidade física e até morte das vítimas, tudo a pretexto de reprimir a luta pela Democracia e melhores condições de vida à população brasileira.

Anos se passaram para que inciasse o processo de reconciliação Nacional, que se iniciou com a Lei de Anistia em 1979, mais que não encerrou a luta daqueles que tiveram pais, mães, irmãos e parentes que foram torturados ou mortos pelo regime que se instalou em nosso País a partir de março de 1964.

Vale destacar, que antes mesmo de os golpistas tomarem o Poder em 1964, eles já cometiam injustiças com prisões arbitrárias, visto que estavam infiltrados nos diversos órgãos policiais espalhados pelo Brasil.

Somente agora, e devemos louvar o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ele próprio que buscou o exílio para sobreviver, o Estado brasileiro inicia o reconhecimento das vítimas da repressão política.

Muitas famílias brasileiras não têm até hoje atestado de óbito de seus entes queridos que desapareceram e sequer sabem onde foram enterrados como por exemplo a família do ex-Deputado Federal Rubens Piva.

O Congresso Nacional acaba de aprovar projeto de Lei, reconhecendo o Estado como responsável por essas mortes e autorizando

o Governo brasileiro a indenizar as suas famílias.

Sem dúvida que isto se torna um marco significativo em nossa história, mas achamos que ainda está longe de se reconhecer todas as injustiças que foram praticadas.

O autor do presente projeto de Lei, eminente Deputado Beto Richa, foi sumamente feliz em propor o presente Projeto de Lei junto a nossa Assembléia Legislativa, visando indenizar os que sofreram sequelas físicas ou mentais decorrentes de atos dos agentes públicos do Estado ou em suas dependências.

Não é segredo para ninguém neste Estado que durante os anos mais tristes da ditadura militar agentes públicos cometeram aberrantes arbitrariedades em próprio estaduais como no antigo DOPS e no presídio do Ahú, conforme relatam os presos políticos paranaenses Ildeu Manso Vieira e João Alberto Einek, entre outros.

Queremos destacar que o Projeto é perfeito, pois cria uma Comissão de setores representativos da sociedade e de um dos presos que estiveram sob a responsabilidade do Estado para analisar os casos em que o Estado do Paraná foi co-responsável pelos danos causados aos que lhe foram confiados.

Pelo teor de justiça que o presente Projeto alcança e que com certeza irá reparar moralmente os danos que foram causados aos presos políticos de nosso Estado, nada encontramos que possa obstar a normal tramitação processual legislativa da iniciativa.

Nestas condições, esta Comissão de Finanças dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação do projeto de lei em tela, sendo cumpridas todas as determinações legais e constitucionais.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 403/95, de autoria do Deputado Beto Richa, que regulamenta o artigo 43 da Constituição Estadual. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APROVADO. (Publ.no D.A. n° 132, de 10.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 403/95

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Beto Richa, visa regulamentar o Artigo 43 da Constituição Estadual.

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça, conclui que a aprovação de tal projeto em muito benefi-

ciará a Administração Pública tanto no referente à política de Recursos Humanos quanto de política gerencial dos interesses públicos.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, pela apreciação em plenário.

Sala das Comissões, em 31.10.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 08

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 422/95, que Declara de Utilidade Pública o "Centro de Nutrição Infantil", com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 138, de 18.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 422/95

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, do Deputado Sâmis da Silva, visa declarar de Utilidade Pública o Centro de Nutrição Infantil de Foz do Iguaçu.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à matéria, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 31.10.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento n° 3292, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando para quarta-feira, dia 08, às 15:00 horas, uma ~~sessão solene~~, de outorga de título de cidadão honorário do Paraná ao Senhor Jenyr Crestani.

Marca ainda, para logo após o término da sessão solene uma sessão extraordinária com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 062, 107 e 376/95.
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 144, 230, 358, 369, 403 e 422/95.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 363 e 421/95.

Levanta-se a sessão.